



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0113/16	DATA: 16/03/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 11h45min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação do parecer do Deputado Paulo Azi, Relator do Processo nº 3, de 2015, referente à Representação nº 3, de 2015, do PCdoB, em desfavor do Deputado Roberto Freire. Assuntos administrativos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada à apreciação do parecer do Deputado Paulo Azi, Relator do Processo nº 3, de 2015, referente à Representação nº 3, de 2015, do PCdoB, em desfavor do Deputado Roberto Freire, do PPS de São Paulo.

Assuntos Administrativos.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 7ª e 8ª Reuniões deste Conselho de Ética, realizadas em 8 e 9 de março de 2016 respectivamente.

Tendo em vista que ainda não há 11 Parlamentares presentes, nós não vamos deliberar sobre a ata.

Expediente.

Foi protocolada na Secretaria do Conselho de Ética, em 14 de março de 2016, a renúncia, em caráter definitivo, do Deputado Vinicius Gurgel à vaga de membro titular deste Conselho de Ética.

No dia 15 de março, a Secretaria-Geral da Mesa encaminhou o Ofício nº 58, de 2016, da Liderança do PR, indicando o Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal, para exercer o mandato de membro titular neste Conselho, em substituição ao Deputado Vinicius Gurgel.

Foi protocolado no Conselho de Ética, em 15 de março, o parecer do Deputado Paulo Azi, Relator do Processo nº 3, de 2015, em desfavor do Deputado Roberto Freire.

Antes de passar à apreciação do parecer, como o Deputado Vinicius Gurgel renunciou, já foi indicado um novo membro para o seu lugar, o Deputado Laerte Bessa, que não está presente para que possamos lhe desejar as boas-vindas.

Mas eu espero que essa renúncia seja a única, pelo menos nesta fase agora, e que não se concretize o que está se ouvindo na Casa: que estão estimulando Deputados do Conselho de Ética a renunciar, para serem substituídos por outros membros com outros pensamentos. Deputados que já declararam, aqui no Conselho, o seu voto, a maneira de votar, a maneira de proceder, estão sendo estimulados a renunciar, para serem substituídos por outros Deputados, logicamente, com outra maneira de enxergar o andamento dos trabalhos nesta Casa.



Isso seria mais uma violência, caso venha a se concretizar. Se forem verdadeiras as afirmações que chegam ao Conselho, se isso realmente vier a acontecer — espero que não seja verdade —, será mais uma violência praticada contra o Conselho de Ética. Isso prova exatamente aquilo que nós sabemos e vimos falar aqui: que há grande interesse em se protelar a representação que corre nesta Casa.

Portanto, como tais afirmações chegaram à Casa — várias pessoas já vieram nos falar —, eu estou trazendo isso aqui como uma hipótese, porque não acredito que possa acontecer. Mas, como Presidente do Conselho e sabedor dessas coisas que estão acontecendo, eu não poderia deixar de trazê-las ao conhecimento dos senhores membros deste Conselho.

Ordem do Dia.

Apreciação do parecer do Deputado Paulo Azi, Relator do Processo nº 6, de 2015, referente à Representação nº 3, de 2015, do PCdoB, em desfavor do Deputado Roberto Freire.

Procedimentos a serem adotados para esta reunião, em conformidade com o art. 18, do Regulamento do Conselho de Ética: o Relator procederá à leitura do seu relatório e, a seguir, será concedido o prazo de 20 minutos para o representado ou seu advogado. Esclareço que a manifestação do Deputado Roberto Freire se encontra nas páginas distribuídas aos senhores. Logo após, será devolvida a palavra ao Relator, para a leitura do seu voto. Em seguida, passar-se-á à discussão da matéria.

Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Azi, informo que, quando completarmos aqui o número de Deputados para a deliberação, eu, então, vou interromper S.Exa. para ler as atas e passar à deliberação do seu relatório.

Portanto, com a palavra o Deputado Relator Paulo Azi, para a leitura do relatório. Peço ao Deputado Paulo Azi que se encaminhe à mesa, aqui ao meu lado, para apresentar o seu relatório.

Dou as boas-vindas ao Deputado Daniel Almeida, Líder do PCdoB, que veio prestigiar esta reunião.

Deputado Paulo Azi, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço a V.Exa., Deputado José Carlos Araújo.

“I - Relatório.

O Partido Comunista do Brasil — PCdoB, por meio do seu Presidente, o José Renato Rabelo, encaminhou a este Conselho, em 28 de outubro de 2015, representação requerendo a abertura de processo disciplinar contra o Deputado Roberto Freire (PPS/SP), com fulcro apenas no art. 5º, incisos I e III, da Resolução nº 25, de 2001, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, alterada pela Resolução nº 2, de 2011.

Em síntese, relata o representante que o Deputado Roberto Freire praticou uma agressão pessoal contra a Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), agarrando seu braço e forçando-o em direção ao chão, num gesto de muita violência, machucando seu pulso e, como tal, praticando conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Em 10 de novembro, fui aventado Relator do processo. Entretanto, em 18 de novembro de 2015, a referida agremiação representante requereu a retirada da representação em tela. Em 6 de janeiro de 2016, contudo, entendeu a Presidência da Câmara dos Deputados que, uma vez instaurado o processo ético-disciplinar, este não poderia mais ser retirado. Assim, fui designado Relator em 3 de fevereiro, com os autos desse processo retornando mais uma vez à minha análise em 10 de fevereiro de 2016. Logo após, em 24 de fevereiro de 2016, chegou às minhas mãos a manifestação de autoria do Exmo. Deputado Federal Roberto Freire, com a sua posição quanto à Representação nº 3, de 2015, cabendo, agora, a este Relator submeter a este colegiado o presente parecer.

É o relatório.”

Nobre Presidente José Carlos Araújo, antes de continuarmos, eu gostaria de tecer breves considerações com relação a esse processo, porque tenho a clareza de que não deveria este Conselho de Ética estar debruçado sobre essa representação.

O Regimento Interno da Casa é muito claro quando diz que as imputações previstas nessa representação, cujas penas são de censura escrita ou verbal, são atribuições ou do Presidente da Casa ou da Mesa Diretora deste Poder.



Portanto, entendo que este Conselho não deveria estar debruçado sobre essa representação, por não ser aqui o âmbito e o colegiado específico para julgar a matéria, de acordo com aquilo que está previsto no Regimento.

Não sei quais foram as razões que levaram a Presidência ou a Mesa Diretora da Casa a remeter esse processo ao Conselho. Mas tenho muita clareza de que nós não deveríamos estar aqui debruçados sobre essa matéria.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nobre Deputado Paulo Azi, eu concordo em parte com V.Exa. Mas nós recebemos a representação, que nos foi enviada pela Mesa quando, na verdade, as partes ainda não tinham chegado a entendimento, o que foi provocado por esta Presidência.

Entendo que o Conselho de Ética não está aqui só para julgar e punir, mas também para conciliar. Por isso, a Presidência deste Conselho promoveu alguns entendimentos com os Parlamentares e partidos envolvidos. Chegamos a um entendimento, o que é realmente salutar nesta Casa, que é a Casa do diálogo, da conversa e do entendimento. Promovemos, portanto, um entendimento e acabamos com o mal-estar que havia.

Baseados nisso, elaboramos um parecer no Conselho e o mandamos para a Mesa, pedindo o arquivamento do processo, uma vez que as partes se entenderam. Eu não havia ainda instalado o processo, que fora apenas aberto, e não havia nomeado o Relator, haja vista que tinha havido um entendimento e não havia por que prosseguir com o processo.

A Mesa entendeu que isso não poderia ser feito, que eu tinha que instalar o processo e dar prosseguimento a ele. E ela determinou que assim fizessemos. Assim foi feito.

V.Exa. reclama. Mas as partes também, na época, pressionaram muito, inclusive porque a Mesa demorou 2 ou 3 meses com esse processo, sem despachá-lo. E elas questionaram se o Conselho de Ética também iria fazer o mesmo. Para evitar desentendimentos e mal-entendidos, esta Presidência resolveu proceder da forma como procedeu: promoveu o entendimento e devolveu o processo. Mas manda quem pode e obedece quem tem juízo.



Para evitar maiores celeumas, entendo que V.Exa. tem razão em parte. Eu poderia mandar o processo de volta, dizendo que ele não nos cabia. Mas isso iria criar uma disputa com a Mesa, coisa que não é salutar para este Conselho. Então, resolvi que era mais fácil instalar o processo e nomear um Relator. Foi o que fiz. E acho que acertei porque, como V.Exa. traz um relatório, acredito, na linha do que nós estávamos pensando, nós vamos encerrar este assunto.

Agora, entendo que V.Exa. tem toda a razão, no sentido de que não se abra um precedente. A todo instante vão querer fazer uma representação e mandar para cá coisas que realmente não deveriam vir para este Conselho.

Se fosse por vontade do Conselho, esse processo já teria sido arquivado. Mas a Mesa decidiu pelo “não”. E eu estou seguindo a decisão da Mesa, mesmo concordando com os argumentos de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Deputado José Carlos Araújo, o pronunciamento de V.Exa. é muito importante exatamente pelo que V.Exa. acabou de dizer: que isso não se torne um precedente ou até uma jurisprudência a ser utilizada pela Câmara dos Deputados.

Se toda representação que porventura vier a ocorrer contra qualquer Parlamentar, especialmente por discussões, que hoje estão muito acaloradas no Plenário — que são sujeitas, se for o caso, à punição de censura —, passarem a vir para este Conselho, isso vai ser tornar algo sem limites.

Portanto, a minha arguição e o pronunciamento de V.Exa. são muito importantes, para que efetivamente fique muito claro que o procedimento adotado nesse caso não será um precedente nem virará uma jurisprudência para casos posteriores.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Exatamente, Deputado Paulo Azi.

Como é a primeira vez que este Conselho de Ética recebe uma representação contra o Presidente da Casa, isso realmente criou um problema no Conselho. Então, não cabia a este Conselho levantar essa questão, visto que, como há outra representação aqui, não queríamos entrar em conflito com a Mesa. Isso não seria interessante no momento, embora o certo fosse realmente devolver o processo, sob os argumentos de V.Exa.



Mas o que nós estamos fazendo não vai criar precedentes. Trata-se apenas de uma questão de zelo, para que se resolva a situação, e de obediência à Mesa, para não criar uma jurisprudência maior, que seria a de o Conselho começar a discutir as decisões da Mesa. Se fosse para isso, o Conselho tem sobejas razões para questionar as últimas decisões que a Mesa tem tomado exatamente contra este Conselho, para fazer com os trabalhos aqui não tenham andamento.

Essa é uma das razões pelas quais nós estamos tocando esse processo.

Pois não, Deputada Jô Moraes. V.Exa. pediu a palavra?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - O Deputado Daniel Almeida é Líder e tem precedência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Daniel Almeida, V.Exa. quer usar da palavra?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, na condição de Líder, falei há pouco com a Presidenta do PCdoB, Deputada Luciana Santos, já que a representação foi encaminhada pelo PCdoB e assinada pela Presidenta, Deputada Luciana Santos.

Na verdade, Sr. Presidente, quero manifestar a opinião que temos em relação a esse processo. Não há nenhuma razão, nenhuma justificativa para ele subsistir neste Conselho de Ética. Só há uma explicação. Há, no mínimo, má vontade, para não afirmar o que toda a imprensa e a sociedade acompanham: uma ação do Presidente da Câmara para dificultar o funcionamento do Conselho de Ética.

Não é a primeira vez que o Presidente da Câmara procura interferir no funcionamento do Conselho de Ética, que tem cumprido o seu papel a partir de V.Exa., na Presidência, e de todos os membros deste Conselho de Ética.

Esse processo trata de uma representação movida pelo PCdoB contra o Deputado Roberto Freire, em função de uma suposta agressão acontecida em debate no plenário. Posteriormente verificou-se que o episódio ocorreu num ambiente de debate mais intenso, o que tem acontecido com muita frequência no plenário. Não houve intenção do Deputado Roberto Freire nem da Deputada Jandira Feghali de produzir fatos que justificassem a interpretação de quebra de decoro parlamentar — e é função deste Conselho cumprir o seu papel de zelar pelo decoro parlamentar.



Houve o reconhecimento da Deputada Jandira Feghali e do Deputado Roberto Freire de que esse episódio não justificaria a apreciação pelo Conselho de Ética. E o PCdoB retirou a representação a partir desse reconhecimento dos dois Deputados. O Deputado Roberto Freire é um Deputado com muitos anos de presença nesta Casa e na vida política do nosso País, com intensa participação em debates, que sempre zelou pelo bom debate, pela divergência em torno das ideias, mas sempre preservando as boas práticas da atividade parlamentar. Assim também é a Deputada Jandira Feghali. Portanto, o PCdoB retirou a representação.

Os dois Deputados entenderam que não era cabível a representação. Houve pactuação e pedidos de reconsideração e desculpas. Aliás, no próprio dia, o Deputado Roberto Freire se manifestou publicamente em plenário, depois do episódio.

Portanto, nós queríamos aqui manifestar a opinião do PCdoB e da bancada, no sentido de que não há razão para esse processo continuar existindo aqui no Conselho de Ética. Atribuímos isso apenas a uma postura de retaliação do Presidente da Câmara ao funcionamento do Conselho de Ética.

Não deve ser esse o procedimento que a Casa deve ter. Nós devemos manter os ritos normais de funcionamento da Casa e do próprio Conselho de Ética, sem deixar que sejamos influenciados por outros episódios que envolvam pessoas que estão respondendo a este Conselho, inclusive o Presidente da Casa.

Portanto, eu queria aqui afirmar que, da parte do PCdoB, da nossa bancada, o episódio está absolutamente resolvido. Não há absolutamente nenhuma justificativa, nenhuma razão para que estejamos apreciando isso.

Concordamos com o voto apresentado aqui pelo Deputado Paulo Azi, no sentido de encerrar esse episódio, já que, a partir da motivação feita pelo Presidente da Casa, o Conselho terá que fazer uma deliberação em torno do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado.

Nós entendemos que o Conselho de Ética não está aqui — vou repetir — só para punir. Acho que é salutar quando o Conselho de Ética consegue fazer com que as partes se entendam, consegue promover esse entendimento. O Conselho de Ética só tem que valorizar e festejar essa iniciativa, porque é ruim, não é



interessante para este Conselho estar, a todo instante, julgando e punindo os seus pares.

Eu ficaria imensamente agradecido se pudesse, no balanço final quando da minha saída do Conselho de Ética, dizer que não puni ninguém enquanto era Presidente, que consegui fazer a conciliação e resolver as situações sem precisar punir ninguém. Infelizmente isso é impossível. Mas, quando eu consigo um resultado como esse, eu tenho é que festejar.

Continuando os trabalhos, antes que o Deputado Paulo Azi leia o seu voto, eu vou voltar ao item 2 da reunião.

Encontra-se sobre as bancadas cópias das atas da 7ª e 8ª Reuniões deste Conselho de Ética, realizadas nos dias 8 e 9 de março de 2016 respectivamente.

Indago aos Srs. Parlamentares se há a necessidade de leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

O Deputado Marcos Rogério pede a dispensa da leitura das atas. Atendido.

Em discussão. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já foi atendido... Eu vou voltar aí. Eu estou no item 2.

Então, não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as Atas permaneçam como se encontram.

Aprovadas as Atas nºs 7 e 8 das reuniões deste Conselho, realizadas em 8 e 9 de março.

Eu vou dar a palavra ao Deputado Roberto Freire. *(Pausa.)*

Não tendo...

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. quer se manifestar?

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Não. Eu me sinto atendido pela Liderança do PCdoB, que expôs bem o que ocorreu.

Eu preciso apenas agradecer o entendimento do Sr. Relator e da Presidência.

Com o pronunciamento do Deputado Líder do PCdoB eu me sinto contemplado e agradeço a atenção da Mesa.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Roberto Freire, eu quero agradecer-lhe e dizer que o currículo de V.Exa. fala por si só.

Nós estamos imensamente satisfeitos com o desfecho, tanto da parte de V.Exa., como da parte do PCdoB, com as palavras do nosso Líder baiano. Faço minhas as suas palavras, Deputado.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Quero apenas solicitar ao Relator que altere o nome do Presidente citado, para que o relatório de V.Exa... Ainda consta o nome do Presidente Renato Rabelo, mas quem assinou foi a Presidente Luciana Santos.

Terminada a votação, se houver tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar. Quando terminar a votação, porque temos urgência. Eu sei que V.Exa. tem urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, eu vou ao voto.

O Deputado Paulo Azi entregou aqui o envelope lacrado, que eu vou abrir.
(Pausa.)

Eu devolvo a palavra ao Relator, o Deputado Paulo Azi, para proferir o seu voto. Enquanto isso, estou mandando fazer cópias dos votos para os Deputados presentes.

O Deputado Paulo Azi está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu agradeço a V.Exa., Presidente José Carlos.

Eu vou ler o voto por absoluta necessidade da formalidade do ato, visto que existem aqui depoimentos do próprio partido que representou e do próprio representado e trata-se de um assunto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. pode fazer uma síntese do voto, se não quiser lê-lo na íntegra. V.Exa. pode fazer uma síntese.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu agradeço a V.Exa.

“II - Voto.

1. Do exame de admissibilidade da representação quanto à inépcia e ausência de justa causa.



1.1. Análise da inépcia.

A Constituição Federal, em seu art. 55, § 2º, legitima apenas a Mesa da Câmara ou o partido político a representarem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por quebra do decoro. No caso de partido político, somente o seu Presidente ou aquele devidamente legitimado pelo Estatuto pode agir em nome da agremiação partidária e propor a referida representação.

A representação em tela é subscrita pelo Presidente do Pcdob à época, o Sr. José Renato Rabelo, conforme comprova consulta ao Estatuto do partido e à Ata de Eleição da Diretoria, estando, portanto, legitimada a representação.

O PCdoB é partido político que possui representação no Congresso Nacional, e o representado é detentor de mandato de Deputado Federal, estando em pleno exercício de sua função.

Assim, atendidos os requisitos formais exigidos, entendemos que inexistente inépcia no caso presente, estando, portanto, apta a representação, quanto a esse quesito.

1.2. Exame de ausência de justa causa e da incongruência entre o pedido e a causa de pedir.

A representação requereu a abertura de processo disciplinar contra o Deputado Roberto Freire (PPS/SP) com fulcro apenas no art. 5º, incisos I e III, que versam:

‘Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

I - perturbar a ordem das sessões da Câmara dos Deputados ou das reuniões de Comissões;

.....
III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Deputados ou desacatar por atos ou palavras outro Parlamentar, a Mesa ou Comissão ou seus respectivos Presidentes;
.....



Parágrafo único. As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.’

Quanto à justa causa — existência de indícios suficientes de conduta desviante —, é necessário que o representado se enquadre nos incisos citados, mas uma leitura atenta dos fatos descritos na representação mostra que faltam elementos probatórios para justificar a instauração de processo ético-disciplinar por quebra de decoro parlamentar, como requer o representante.”

Aqui, Sr. Presidente, eu entro no exame do caso em si, do episódio que deu origem a essa representação, mas, se me permitirem, não vou adentrar na discussão e na narração do fato, porque isso já foi, inclusive, superado pelo próprio entendimento ocorrido entre o representante e o representado.

Mas quero, Sr. Presidente, salientar que “o Deputado Roberto Freire é um dos mais respeitados e influentes políticos brasileiros. O seu nome sempre esteve no rol dos políticos sérios, sem uma só denúncia ou suspeita sobre a sua atuação — e este é o seu maior patrimônio político, após 36 anos ininterruptos na política (um mandato como Senador, 6 mandatos como Deputado Federal e um como Deputado Estadual). (...)

O exame cabível neste momento, por parte deste Conselho, tem por único fim verificar se o representado quebrou ou não o decoro ao envolver-se com os Deputados do PCdoB nesse episódio, nos termos relatados, no dia 6 de maio de 2015.

Em sua defesa, o Deputado Roberto Freire, ao apresentá-la, chama atenção para o parágrafo único do art. 5º do Código de Ética, que exige que *‘as condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas’*, salientando que a representação não indicou prova alguma do que foi alegado. Não foi juntada aos autos nenhuma evidência de agressão física à Deputada. Não existe um mínimo de prova, não há exame de corpo de delito, não se indica qualquer prova testemunhal, não há registro de boletim de ocorrência junto à Polícia Legislativa ou qualquer registro de atendimento pelo Departamento Médico. Logo, atesta o nobre Parlamentar pernambucano, não há qualquer amparo no artigo do Código de Ética que justifique a representação.



Assim, pelos fundamentos apontados, o Deputado Roberto Freire não abusou das prerrogativas constitucionais, não cometeu ato incompatível com o decoro parlamentar, não agrediu absolutamente ninguém, não justificando, pois, se acolher a representação para dar curso a outras eventuais diligências (...)

Além disso, não constatamos a existência de ofensa ao Parlamento ou a qualquer Parlamentar que justifique ser procedente a interpretação dada pelo representante que amparou o presente pedido de abertura de processo disciplinar, que ora rejeitamos.”

Aí, eu entro aqui, Sr. Presidente, com as considerações que fiz na leitura do relatório quanto à conveniência ou não de este Conselho apreciar esta representação.

Vou logo à conclusão, dizendo que estou “ciente da atipicidade desse processo, pois a Mesa da Câmara deveria ter adotado o procedimento previsto no item II do art. 9º do Código de Ética, em que deixa claro que a resolução do caso poderia ter sido levada a cabo pelo próprio Presidente Eduardo Cunha, no que se refere ao possível enquadramento do representado no inciso I, ou pela Mesa da Câmara dos Deputados, caso enquadrasse o representado no inciso III do art. 5º, conforme reza o art. 12 do Código de Ética.

Com isso, considerando que não há na representação quaisquer elementos probatórios ou indiciários de que o representado tenha abusado efetivamente das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Parlamento, inclusive reconhecido *a posteriori* pela própria agremiação representante, ao tentar retirar a representação, votamos, portanto, pelo pronto arquivamento, em função da improcedência da Representação nº 3, de 2015.

É o que penso. É o meu voto.”

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Paulo Azi, V.Exa. foi realmente incisivo em seu voto, e eu o parabenizo pelo trabalho realizado. Portanto, não há reparo, em hipótese alguma, pelo menos da parte desta Presidência.



Darei início à discussão, chamando primeiramente os membros do Conselho, que poderão usar a palavra por até 10 minutos. Os Deputados não membros poderão usar a palavra por até 5 minutos.

Em discussão o parecer do Deputado Paulo Azi.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes. V.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu acho que não vou usar o tempo todo.

Pelos elementos já aqui apresentados, sobretudo pelo entendimento que já havia sido construído entre as partes e pela avaliação de que essa matéria não tinha mais sentido, porque houve a compreensão tanto do Deputado Roberto Freire como da própria Deputada Jandira Feghali de que não havia necessidade de esse processo ir adiante, eu considero que, como já foi dito aqui, me parece ser um artifício utilizado mais uma vez pelo Presidente da Câmara no sentido de sobrecarregar o trabalho do Conselho de Ética, de maneira que o seu próprio processo não fosse levado adiante com a celeridade que nós todos estamos desejando.

Portanto, acho que este é o momento de termos essa compreensão e, ao mesmo tempo, aqui acompanharmos a posição do Relator pelo arquivamento desse processo contra o Deputado Roberto Freire.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Betinho Gomes.

Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer uma abordagem elogiosa ao eminente Relator, Deputado Paulo Azi, pelo voto sucinto, mas fundamentado, que apresentou a este Colegiado.

Embora já houvesse anteriormente uma decisão da Presidência do Conselho de Ética pelo arquivamento, em razão do entendimento entre as partes, a Mesa da Casa entendeu por bem determinar que este Conselho apreciasse a representação, e V.Exa., cumprindo aquilo que foi determinado pela Mesa, apresentou um voto de conteúdo, um voto substancioso e que todos nós vamos ter oportunidade de apreciar.



Então, a V.Exa. rendo minhas homenagens, mas, sobretudo, rendo minhas homenagens ao partido representante e ao representado, aqui presentes hoje, pelo elevado espírito público. O ambiente de debate político está sujeito, hora ou outra, ao seu acaloramento, e muitas vezes há excesso de um lado, excesso de outro. Isso é natural do debate político, faz parte da dinâmica do processo político. Se em todos os momentos... E vejam que nós já tivemos da tribuna da Câmara — lembro-me de um tempo atrás — cenas deploráveis de xingamento direto, e sequer houve representação na época. E eu estava lá embaixo assistindo. Eu estava chegando, era recente na Casa, e aquilo parecia algo extremamente — parecia, não; era mesmo — inoportuno, não adequado ao comportamento parlamentar. Mas, passado o calor do debate — e aquilo aconteceu em razão do que estava ocorrendo no plenário no momento —, momentos depois, houve o entendimento entre os dois lados, houve o pedido de desculpas mútuas ali, e a situação acabou não ensejando sequer representação ao Conselho de ética.

Ultimamente, nós temos tido vários casos encaminhados ao Conselho em razão de comportamentos pontuais no âmbito da Casa. Mas eu fico feliz quando vejo disposição de ambas as partes de resolver a questão, assim como aconteceu nesse caso. Isso deve servir de referência e de reflexão para todos nós.

Nós estamos numa Casa política, num ambiente político de debate de ideias e de divergências. No dia em que aqui não puder haver divergências — e esse debate às vezes até mais acalorado —, esta Casa perde a sua principal característica.

Então, eu queria parabenizar o PCdoB pela posição, pela postura e pelo pedido de reconsideração para o arquivamento do processo e também reconhecer aqui a postura do Deputado que, lá atrás, já naquele primeiro momento, fez as suas considerações para tentar resolver a questão no ambiente em que deveria ser resolvida. Então, Roberto Freire tem uma história nesta Casa de embates duros não é de hoje, mas embates em favor do Brasil, dos brasileiros, das boas ideias, do aprimoramento normativo.

Então, V.Exa. tem também o nosso respeito, o nosso acatamento. E é natural dos grandes homens públicos, quando se excedem, reconhecerem que excederam, e é natural também das representações políticas, quando se excedem, também



reconhecerem que excederam, como neste caso, com a representação. Então, ambos os lados aqui merecem o nosso reconhecimento.

Parabéns ao Deputado Paulo Azi pelo parecer. Subscrevo o seu parecer e votarei com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marcos Rogério, quero agradecer a V.Exa. e dizer que V.Exa., como homem público, como Relator, como colega, como Deputado, tem demonstrado uma grandeza e agora faz justiça a outro Deputado desta Casa. V.Exa. trilha o mesmo caminho que Roberto Freire. V.Exa. vai ser um Roberto Freire amanhã. Seus cabelos brancos, Deputado, mostram realmente a experiência que V.Exa. tem e tudo o que todos os Deputados conhecem de V.Exa. Portanto, eu quero dizer a V.Exa. que eu comungo de tudo o que foi dito nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Presidente, só quero registrar que eu sou da opinião de que o nervosismo, que acaba fazendo com que alguns Parlamentares tenham que exagerar em algum posicionamento no plenário, não deveria ser motivo para vir a ser debatido nesta Comissão de Ética. É possível contornar a situação antes mesmo disso. Já que, nesse caso, veio, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero parabenizar o entendimento entre as partes e o Relator.

Acredito que nós temos que gastar nossas energias em situações muito mais adversas que estão colocadas nesta Casa, o que é a nossa grande tarefa. Então, em nome da nossa bancada, quero parabenizar o entendimento entre as partes. E vamos tocar a bola para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sandro Alex, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Presidente Araújo.

Relator Paulo Azi, senhoras e senhores que acompanham hoje o Conselho de Ética, eu faço questão de me manifestar a respeito desse processo até porque, se hoje eu faço parte da vida pública, eu devo muito à figura do Presidente Roberto



Freire, que, quando na sua eleição presidencial — disputou o cargo máximo do País —, me inspirou a hoje fazer parte do Congresso Nacional e, com muito orgulho, integrar a sua bancada.

Então, eu faço questão de me manifestar, porque também acompanhei, naquela noite, o desentendimento que aconteceu em virtude do acaloramento da discussão, mas em nenhum momento — e eu presenciei — fugiu do seu histórico de político correto e de muito respeito a todos os integrantes aqui da Casa. Tanto é que a própria representação do PCdoB tentou retirar. Isso já foi explicado. Não foi possível.

O Relator Paulo Azi, também, com propriedade, já destacou que esse processo nem deveria estar aqui. Não cabe a este Conselho, nos termos dos arts. 11 e 12, inclusive analisar. Mas que fique registrado para a história que ele será arquivado, com o meu voto de destaque ao trabalho e à história da democracia do País construída por este homem que está aqui sentado e que, durante todos esses anos, manteve bom relacionamento com os partidos da Oposição e também com os partidos do Governo, nunca abrindo mão da sua conduta, da sua ética e do que o moveu ao longo desses anos.

Então, Presidente Roberto, eu acompanho o Deputado Paulo Azi, assim como, acredito, a unanimidade dos Parlamentares. E quero deixar a expressão da minha gratidão a V.Exa. por eu compor hoje o Congresso Nacional, em virtude de ter em V.Exa. a minha inspiração política.

O que me preocupa, Presidente José Carlos Araújo, finalmente, não é este caso. Este caso nem caberia ao Conselho discutir. O que me preocupa é a troca de integrantes, a renúncia de integrantes, a possibilidade da alteração de votos diante do momento em que o Conselho de Ética é chamado pela sociedade e pelo Parlamento a dar um posicionamento firme diante do que estamos vivendo. Isso nos preocupa. Sobre isso, sim, este Conselho tem que se debruçar e tem que verificar. E a sociedade e a imprensa têm que acompanhar. Há processos em andamento importantes para o País, e essa troca, isso sim, nos preocupa.

Então, eu quero registrar o meu voto com o Relator e a minha homenagem a este homem, a esta figura pública que é o Presidente Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Encerrada a discussão.



Passa-se à votação.

Pelo Regimento, a votação terá que ser nominal.

Se algum Deputado quiser falar, vou franquear a palavra, enquanto deixo aberto o começo da votação.

Quem votar “sim” estará votando com o Relator, pelo arquivamento da Representação nº 3, de 2015, do PCdoB; quem votar “não” estará rejeitando o parecer do Deputado Paulo Azi.

Portanto, declaro aberto o painel de votação.

Deputado Roberto Freire, depois de tantas manifestações nesta Casa, esta Presidência, de ofício, vai passar a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO FREIRE - Só gostaria de agradecer, Sr. Presidente. Eu não sei nem como me expressar. Não imaginava que tivesse que passar por isso. Foi um evento, eu diria, até de pequena repercussão, mas se transformou, por uma série de circunstâncias, talvez em razão do que se vive muito no Brasil — um clima evidentemente tensionado. Mas, de qualquer forma, está chegando ao final.

Eu já pensei que poderia ter sido finalizado anteriormente, quando houve um entendimento e um acordo entre o partido que fez a representação contra mim, até a atual Presidente, uma pernambucana conhecida desde quando ela era muito jovem. E eu pensava que esse entendimento iria acabar com essa preocupação. Cheguei até hoje aqui e fiquei sensibilizado.

Talvez, o que eu possa dizer é um agradecimento pelas palavras elogiosas. Mas eu preferiria não tê-las ouvido numa situação como essa. De qualquer maneira, a vida também tem essas idas e vindas.

Queria agradecer especialmente ao Daniel Almeida, Líder do PCdoB, por ter feito essa representação. E quero salientar que ele, desde o começo, quando aconteceu o fato, foi um dos que dizia que não deveria acontecer nada, que iria trabalhar para que isso ficasse encerrado em plenário.

Quero pontuar bem isso e agradecer ao Relator e em especial ao companheiro Sandro Alex pelas palavras ditas. Eu não imaginava que tinha sido uma imagem que o ajudou a se definir pela política. Eu posso dizer que isso vai constar da minha biografia, até porque, se incentivei um quadro qualificado na



política como Sandro Alex, estamos cumprindo um pouco o nosso papel. É mais um motivo que faz com que eu me sinta orgulhoso, honrado, pela minha atividade pública.

Eu quero agradecer ao Presidente, que sempre se mostrou muito aberto para que essa questão fosse logo resolvida — e foi resolvida. É bom dizer que — quero agradecer aos que votaram e aos que vão votar —, apesar de tudo, estamos aí, bem, superando um episódio desagradável, mas que manteve intacto aquilo que é motivo de orgulho para mim: manter a dignidade na nossa atividade pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Roberto Freire. Um homem com a envergadura de V.Exa. não vai ter a sua biografia arranhada, em hipótese nenhuma, por um episódio como esse.

Todos conhecem a sua biografia e sabem que esse foi um fato de momento, que fez com que as coisas acontecessem. E isso engrandeceu sobremaneira o PCdoB, que entendeu que o melhor seria o entendimento, que havia sido uma coisa momentânea. O Deputado Daniel Almeida foi um dos Líderes que promoveram esse entendimento, a quem quero agradecer. Fico feliz, Deputado, de ter promovido isso a uma pessoa de bem, como é S.Exa.

Quero agradecer ao Deputado Paulo Azi o entendimento, a postura, pois desde o princípio achava que isso não deveria ter ido à frente — e nós também. Mas, por imposição legal e por imposição da Mesa, nós fomos obrigados a prosseguir. Agora, estamos apenas esperando que os presentes, os que deram presença aqui, venham votar, porque nós temos que ter pelo menos nesta sessão 11 votos para que não tenhamos que fazer uma nova votação.

Vou aguardar a chegada do Deputado Zé Geraldo para votar. Vamos conseguir. Vou deixar o painel aberto, aguardando a chegada de Deputados.

Deputado Daniel. *(Pausa.)*

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputados: “sim”, com o Relator; “não”, contra o Relator.

(Processo de votação.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Júlio Delgado, V.Exa. pode fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, V.Exa. não prefere que termine a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pode falar durante a votação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, são duas coisas. A primeira é que, nesses dias aqui, neste convívio nosso no Conselho, já neste ano de 2016 venho alertando — e V.Exa. pediu que fizesse o registro ao microfone — sobre essa questão das trocas constantes que temos no Conselho, fruto claro e ostensivo do interesse de se alterar resultado de votação aqui, principalmente no processo mais claro, que é o processo de representação contra o Presidente da Casa.

Veja que, nesta sessão de hoje, eu estava em outra reunião e fui chamado por V.Exa. e pelo Deputado Paulo Azi, Relator, para que viesse votar num processo desses, que foi devolvido por V.Exa., foi devolvido para a Mesa. Mas, àquela época, como nós estávamos envolvidos com outro processo, foi justamente para tumultuar, protelar e fazer com que atrasasse.

V.Exa., estabelecendo entendimento entre o representante e o representado, devolveu o processo, vendo que não havia mais sentido. O que a Mesa fez? A Mesa devolveu para cá, dizendo que nós teríamos que analisar, para o Deputado Paulo Azi fazer o que está fazendo hoje. Dispensando aqui a nossa análise sobre o relatório, porque nós sabíamos que ele iria fazer o que já havia de pronto entendimento entre as partes e coadunado com o Conselho e com a vontade do Conselho.

Foi assim no caso do Deputado Jean Wyllys, que foi colocado, lógico, de certa forma, para deturpar o trabalho principal deste Conselho. Foi assim que aconteceu com o trabalho do Deputado Chico Alencar, porque também foi feita uma representação para poder tumultuar os trabalhos deste Conselho. E agora, neste ano, com todas as eventuais substituições, nenhuma tem preocupação com o processo do Deputado Chico Alencar, nem com o do Deputado Jean Wyllys, nem, no caso aqui, com o do Deputado Roberto Freire. Todos, injustamente, por discussões em plenário, chegaram a esse ponto.



Agora, as substituições aconteceram e eventualmente quase resolveram alterar o resultado que nós conseguimos obter há 2 semanas. As substituições feitas no Conselho foram no sentido claro de criar uma situação que colocasse V.Exa., por duas vezes, para dar o voto de Minerva na decisão de um processo que é de entendimento e solicitação do Brasil. Há pessoas aqui nesta Casa, Deputados Leo e Nelson, que estão fechando os olhos para o que aconteceu neste final de semana: uma verdadeira rejeição à classe política. Não foi uma rejeição à Presidenta Dilma somente ou um pedido de *impeachment*, mas uma rejeição à classe política como um todo.

O cidadão mais ovacionado nas ruas foi o Juiz Sérgio Moro, que está sendo contundente com relação às apurações. O pedido mais claro foi para acabar com a corrupção. Mas há gente nesta Casa que fecha os olhos como se não tivesse acontecendo nada, como se aqui estivesse tudo tranquilo, como se fôssemos analisar um processo, que não é do Conselho de Ética, e sim, do Plenário da Casa, como se estivéssemos vivendo um verdadeiro paraíso no Congresso Nacional.

Estão todos aturdidos e assustados com a possibilidade e as delações que estão vindo ao conhecimento da sociedade, fora aquelas que foram homologadas nesta semana e que ainda não temos sequer conhecimento: delegação do ex-Deputado Pedro Correa e delação de outros agentes, como diretores, presidentes e até tesoureiros e secretários dessas empresas que participaram de todo o esquema que envolve a Lava-Jato.

Então, eu quero pedir a V.Exa., porque nós já começamos a ouvir arranjos para esta Casa como se isso fosse uma coisa corriqueira, como se a Casa tivesse autonomia para poder hoje, com independência, analisar alguns fatos que estão acontecendo na vida do Congresso Nacional, do Parlamento e, principalmente da nossa Casa, a Câmara dos Deputados. Eu quero deixar claro aqui que já estamos escutando burburinhos de negociação e pressão para que Deputados renunciem ao Conselho, para continuar alterando o resultado da votação aqui dentro. Isso tem que ser apurado, assim como nós determinamos e fomos à PGR para apurarmos o fato ocorrido naquela fatídica semana, quando se alterou o voto, sim.

Nós tínhamos, naquela tarde, já aferida a votação, e o Deputado Assis Carvalho, como chegou primeiro, votou na questão da admissibilidade. Aquele dia a



votação seria onze a nove e, por uma manobra, volto a dizer, acontecida depois das 10 horas, na calada da noite, foi feita a alteração de um nome para que o resultado, felizmente, fosse dez a dez. Mas se alterou um voto, claramente. Não iríamos precisar do voto Minerva do Presidente — isso é para ver a que grau nós chegamos.

E esse resultado ficou claro depois do anúncio e do voto de Minerva de V.Exa., que foi questionado também, que é alvo do recurso. Aqui está a CCJ que não funciona porque está esperando a análise de algo que não podia esperar.

Se existe alguém aqui que condena e fala: *“Olha, por que ainda não instalou a Comissão de Impeachment, Deputado Leo de Brito? Por que ela não está funcionando, a metade daquela Comissão, enquanto não se faz a eleição do restante?”* Isso ocorreu porque se aguardava a análise dos embargos.

Se existe alguém que está protelando o andamento disso, não são V.Exas., Deputados do PT; também não é a Oposição; se tem alguém que está protelando, aguardando a análise de embargos — e a Comissão já poderia estar funcionando —, esta pessoa é o próprio representado.

Então, há interferência direta nessas ações e nessas decisões que nós temos no Conselho de alguém que usa o instrumento da Presidência para se proteger. E não é possível que os nossos colegas que não são deste Conselho não estejam vendo isso.

Eu tenho certeza, Deputado Nelson, de que a cobrança que aconteceu esse final de semana — e, se V.Exa. foi às ruas, sabe disso — não foi só com relação à Presidente Dilma. Eu tenho certeza que não foi. Alguns falam, inclusive, que não viram o noticiário do último final de semana. Não precisa ter visto, não; nós vimos, nós vimos.

Na sexta-feira, o Procurador fez mais uma denúncia. E temos que deixar isso claro aqui no Conselho, para que as pessoas saibam.

Ouçó Deputados que vêm aqui para que haja votação de outro processo. E aí não tem ninguém para poder defender, porque eles acham que isso aqui pouco importa. Mas eu já ouvi Deputado neste Conselho falar assim: *“Não, aquelas contas que ele tem no exterior não são contas dele não, são trustes que ele não movimenta.”*



Aí você vê na televisão um movimento de 880 mil reais em 2 anos em paraísos de turismo; 45 mil reais gastos em uma loja de grife; 25 mil reais para pagar a diária de um hotel em Dubai; 7 mil reais para pagar um jantar em Paris.

Mas o Deputado diz assim: *“Ah, mas eu não vi a reportagem.”* Não importa, mas eu vi, o povo brasileiro viu. E isso foi alvo de mais uma denúncia sobre utilização de contas no exterior, que, segundo está aqui na representação, não foram declaradas no imposto de renda, que temos de apresentar para tomarmos posse.

Um Deputado eleito — e aqui no Conselho todos sabemos —, se não apresentar a documentação cabível e se essa documentação não estiver correspondente, ele não toma posse, senhores. Mas o representado não só tomou posse como é Presidente da Casa e fraudou as informações à Câmara que ele preside. E nós temos uns colegas aí que estão fechando os olhos a isso. Passa a semana, nós no plenário continuamos votando e todo mundo achando que está tudo normal.

Presidente — eu não sei —, quanto a essa denúncia que eu faço sobre as eventuais renúncias, espero que V.Exa. possa apurar isso com maior profundidade. Eu já fiz essa questão de ordem a V.Exa.

É impossível nós imaginarmos que uma votação em um caso daquele, em tal situação, ainda tenha que ser decidida por 11 a 10, pelo voto de minerva.

Então, eu venho aqui pedir a V.Exa. — se for o caso — que manifeste à Mesa, por meio de consulta, a necessidade de um projeto de resolução sobre a questão de ordem que já fizemos a V.Exa., qual seja a substituição dos suplentes pelos que aqui estão acompanhando.

Eu quero fazer mais uma questão de ordem. Como falei com ele naquela noite, eu falo hoje aqui: eu não tenho nada pessoal contra o Deputado Laerte Bessa, mas 15 dias antes da votação da admissibilidade aqui, S.Exa. subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para defender o representado.

Pois bem, nós temos aqui o Deputado Jorginho Mello, do PR, que acompanhou os trabalhos e que é membro deste Conselho desde o início do ano passado. Aí eu falo: Presidente, nós temos que fazer um projeto de resolução para que, em havendo renúncia ocorrida no transcurso do mandato, ascenda à



titularidade o Deputado que é o suplente do partido. Quantas vezes eu já falei isso aqui? Quantas vezes?

E aí o Deputado Jorginho Mello continua suplente, e o Deputado Laerte Bessa, que não acompanhou 1 minuto das reuniões deste Conselho — que nunca termina —, vira titular do Conselho de Ética representando o PR. Eu pergunto a V.Exa.: para quê? Desculpe-me falar sobre isso, porque eu sei que ele é do partido de V.Exa.

E a minha tese era: respeite aquilo que nós defendemos. Havia um Deputado que estava acompanhando o processo. Eu nem sei qual é o voto do Deputado Jorginho Mello, mas S.Exa. estava aqui; assim como eu sei qual é o voto do Deputado Sérgio Moraes.

E o PTB acabou fazendo correção e elevando S.Exa. de suplente a titular. Agora, o Deputado Jorginho Mello continua suplente, e indicam outro membro, que já, pelas suas manifestações no Plenário da Câmara, deixa clara qual será a posição que terá aqui no Conselho de Ética.

Isso é um risco para o nosso Conselho. E mais do que isso: as pessoas lá fora imaginam que a culpa de o processo não andar é aqui do Conselho. E eu tenho que dizer claramente aqui a V.Exa. e aos colegas que estão presentes no final desta votação de outro parecer que eu fico de certa forma enojado, porque as pessoas pedem uma reação nossa, pedem uma atitude nossa, e a gente não faz nada porque estamos, de certa forma, restritos ao cumprimento do nosso Regimento e do nosso Código de Ética Parlamentar.

Então, é uma preocupação que eu externo a V.Exa. num dia em que a gente tem tranquilidade para conversar sobre as questões do Conselho. E, mais uma vez, eu me assusto, porque, quando a gente tem alguma tranquilidade no Conselho, pois a gente entende que um caso é injusto, como é este caso aqui, está tudo tranquilo, até o quórum é difícil de ser alcançado. Mas quando a gente tem um caso como é o do Presidente da Casa, há as obstruções e isto aqui fica cheio, lotado, com os impedimentos para que isso possa se perpetuar, trazendo um profundo desgaste.

O fim do representado, nós sabemos, será na Justiça, não será mais aqui. Mas a sua continuidade à frente da Câmara dos Deputados nos traz um profundo



desgaste, uma depreciação da classe política, porque, infelizmente, ele diz que representa o Parlamento brasileiro — a mim não representa.

Era só isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado.

Encerrada a votação, vamos à apuração.

Proclamo o resultado. Concluído o processo de votação, na qualidade de Presidente do Conselho de Ética, proclamo o resultado: 12 votos favoráveis ao parecer do Relator e, portanto, nenhum voto contrário.

Declaro aprovado o parecer do Relator, Deputado Paulo Azi, pelo arquivamento da Representação nº 3, de 2015, do PCdoB, em desfavor do Deputado Roberto Freire.

A Representação nº 3/2015, acompanhada dos documentos, será encaminhada à Mesa Diretora.

Senhores, na segunda-feira, dia 21, encerra-se o prazo da defesa do representado na Representação nº 1, de 2015, ou seja, o Deputado Eduardo Cunha. Ele tem até segunda-feira para apresentar a sua defesa.

Então, vou marcar uma reunião aqui para terça-feira — e pode ser pela manhã, porque nós todos estaremos aqui na segunda-feira, não é? —, às 9h30min, para apreciar e dar continuidade, na verdade, à nova fase, que é a final da instrução do processo da Representação nº 1, de 2015.

Finalmente, chegamos a essa fase. Vamos ver quais serão os novos rumos que poderão tomar essa representação.

Portanto, terça-feira, às 9h30min, será a próxima reunião. Já estamos mandando a convocação para os gabinetes dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Agradeço a V.Exa.

Primeiro, eu quero apenas reforçar alguns pontos levantados aqui. Acho que este momento pelo qual estamos passando na Comissão de Ética é, também, de aprendizado.



Lembro da luta que V.Exa. travou aqui ainda na gestão anterior — quando eu também era membro desta Comissão — para atualizar o Regimento, melhorar as relações aqui. Infelizmente, nós estamos percebendo que ainda temos muitas falhas, muitas lacunas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Temos muito a fazer, Deputado Assis.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - ...a serem preenchidas. E acho que V.Exa. tem todas as condições, pelo crédito que tem aqui nesta Comissão e nesta Casa, de coordenar uma alternativa, para que a gente possa prever e, em gestões futuras, fechar lacunas que infelizmente estão abertas e sendo utilizadas, muitas vezes, para tentar desmoralizar esta Comissão, que é muito importante e tem um papel fundamental para o bom funcionamento desta Casa.

Preciso também dizer — e não posso deixar de registrar — que a gente passa por um momento rico neste País, de um bom debate, e a gente precisa aprender bastante com essa discussão.

Pelo que consta, se confirmado, possivelmente o nosso Presidente Lula deverá assumir a Casa Civil. São as informações que nos chegam aqui agora.

E temos manifestações permanentes. Reconhecemos a grande manifestação que aconteceu no último final de semana, mas acreditamos que, no próximo dia 18, aqueles que defendem a Constituição, a democracia, também irão às ruas para mostrar a sua posição em defesa da nossa Pátria e do nosso País, para não permitir que o atraso que já sofremos aqui volte a acontecer, pelas mãos de uma elite que tem muita dificuldade de conviver com a democracia.

E digo isso, Sr. Presidente, porque estamos agora passando por um debate sobre a delação premiada do Delcídio do Amaral, a qual estamos conhecendo aos poucos. E penso que o Juiz Sérgio Moro está numa dificuldade muito grande, porque, agora, ou ele assume o papel de juiz ou a condição de executivo do PSDB. E digo isso porque alguns merecem todo crédito pelo que dizem, mas, quando a Presidente Dilma fechou a rede de corrupção de Furnas, que tinha um operador bem claro, quero saber se aqueles mesmos vão reafirmar que ele falou a verdade.



Até não sou da linha de que tudo o que o delator diz é verdade, porque ali também tem vários fatores. Mas não podemos ter dois pesos e duas medidas. É preciso que a gente tenha um único peso e uma única medida.

E, naquela delação, revelou-se que a Presidente Dilma fechou um esquema de corrupção em Furnas operado pelo Senador Aécio Neves.

Mas não para por aí. As situações continuam. Agora, o Brasil toma conhecimento de uma operação da Polícia Federal, de 2007, escondida em algumas gavetas, sobre contas do Senador Aécio Neves no exterior, em um país com um nome até meio complicado aqui: Liechtenstein. Trata-se de um dinheiro que foi depositado lá através do banco LGT. E estão desde 2007 caladinhos. A imprensa nada fala, não é?

Os moralistas que usam o microfone todo dia — e a gente já sabia que sempre operaram com corrupção — tentam agora dizer que são tudo santo.

Eu espero que essa verdade venha à tona. A gente quer que essa operação que se iniciou, de 2003 para cá, a partir de uma postura ética séria do Presidente Lula de fazer as instituições deste País funcionarem, não tenha só um olho, que tenha os dois olhos abertos e puna, sim, qualquer membro do Governo que venha a cometer falcatruas, porque nós não concordamos com isso.

Essa é a postura da Presidente Dilma. Deve ser também a postura da Polícia Federal e do Ministério Público. Não pode o Ministério Público se posicionar como ocorreu no caso daqueles três patetas, como aconteceu recentemente em São Paulo, fazendo aquele documento claro de militância política, usando a condição de servidor público para praticar banditismo, que foi o que eles fizeram em São Paulo, para tentar criminalizar o Presidente Lula.

E eles mesmos reconhecem que não têm um documento que prove que o ex-Presidente praticou qualquer falha porque visitou um apartamento de 220 metros quadrados. Presidente, é isto mesmo: é um imóvel com 220 metros quadrados, um apartamento popular! Trata-se de um ex-Presidente da República! E isso é para vermos o grau de honestidade desse cidadão. Mas eles, desesperados, tentam tentar encontrar alguma coisa que incrimine o maior Presidente da história deste País, respeitado internacionalmente... Mas estão com medo do homem em 2018 e tentam utilizar artifícios absurdos como esse. Duzentos e vinte metros quadrados!



Ele foi até lá, visitou, não comprou. E quem de nós não pode visitar um apartamento? “*Não, não dá para eu ficar*”. E ele foi embora. Mas não, se ele visitou, é porque tem alguma coisa por trás.

Ora, Sr. Presidente, só mesmo uma militância política de quem pratica banditismo no serviço público, como ocorreu com os três patetas de São Paulo, poderia chegar a um absurdo como esse.

E foi o que ocorreu no dia 4, que tem que ser condenada pelo povo brasileiro, quando sequestraram o Presidente Lula. Houve um sequestro oficial, por um militante que faz, no Judiciário, militância partidária. Mas, quando a delação é sobre Aécio Neves, pelos esquemas que estão inclusive delatados pelos mesmos delatores, aí a *Globo* não fala, o Sérgio Moro se esconde. E isso ocorre porque eles têm uma posição muito clara de fazer militância política.

E nós não estamos querendo que a democracia que nós conquistamos com mortes e torturas — tantas pessoas morreram e foram torturadas, como o foi a Presidente — seja agora jogada na lata do lixo por ativistas que usam o serviço público, como fizeram os patetas de São Paulo, quando redigiram documento dizendo claramente que o Presidente Lula não podia se manifestar e que estavam pedindo a prisão dele. E isso foi feito exatamente para lhe tirar o direito à fala, que é tudo pelo qual lutamos. O mesmo faz o Juiz Sérgio Moro, que esconde esses absurdos que a Polícia Federal tem, tal como o dinheiro depositado no exterior pelo Senador Aécio Neves, ou os esquemas de Furnas, porque isso não interessa. E já são várias outras delações, e a *Globo* nada fala.

Então, eu faço esse registro aqui, Sr. Presidente, porque eu sonho, sim, com este País, para que ele saia mais fortalecido, que ele saia melhor dessa turbulência. A gente deve ter ética. Caso os erros sejam pelo lado do Governo, todos têm que pagar pelos erros que cometem. Mas não se pode criminalizar o PT, como alguns fazem. E neste ponto aqui eu quero dizer bem claro que a minha postura não é a de criminalizar o PSDB. Eu acho que as falcatruas de Aécio Neves ou de Fernando Henrique Cardoso, que hoje fazem o cinismo sem fronteiras, com apartamentos de luxo nas melhores avenidas da França, ou com financiamentos para amante pagos por empresas privadas.



Mas eu não quero atribuir um crime cometido por Fernando Henrique Cardoso, que roubou o patrimônio público brasileiro para comprar apartamento no exterior — como denunciado — ou que recebeu dinheiro de empresa privada para financiar a amante no exterior, ao PSDB. Eu não quero dizer que as falcatruas do Aécio Neves são culpa do PSDB, porque seria injusto de minha parte.

Agora, eu acho uma maldade quando pessoas desonestas atribuem ao PT esses crimes. Quando alguém do PT comete falhas, tentam criminalizar todo o Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores tem uma história. Lutou pela democracia deste País. E nós não aceitamos que aquilo que acontece com alguns membros do nosso partido seja estendido a todo o partido; assim como eu não quero estender as falcatruas e a roubalheira de Aécio Neves e de Fernando Henrique Cardoso a todo o PSDB, porque o PSDB tem pessoas honestas também, pessoas sérias. Não é o caso de Aécio Neves nem do Alckmin, que está roubando merenda de crianças, ou mesmo de Fernando Henrique Cardoso, que pega dinheiro de empresa privada para financiar amante no exterior, que é público, a sociedade toda tem conhecimento.

Então, Sr. Presidente, quero deixar este registro bem claro. E espero que, no dia 18, as pessoas que defendem a Constituição brasileira, a democracia e as conquistas precisam ir às ruas, para que a gente não tenha retrocesso, por conta de alguns militantes que fazem do serviço público militância política ou banditismo, como foi o caso dos três patetas, Procuradores de São Paulo, que tentaram fazer gracinha para ter alguns minutos de glória nas manchetes nacionais. Não é isso o que nós queremos.

Então, o nosso papel é um papel fundamental para defender a democracia, defender a punição para quem deve, mas respeitar quem não deve, porque a gente não pode generalizar.

Então, espero que o Juiz Sérgio Moro desça da sua militância política e se faça juiz agora, pedindo a prisão de Aécio Neves pelas falcatruas que estão aí bem definidas. E ele não tem moral nenhuma para falar de qualquer outra pessoa, porque está provado, desde 2007, que ele é alguém que rouba o dinheiro brasileiro e o esconde em paraísos fiscais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, aos demais presentes e à imprensa — que está aqui pacientemente aguardando — e convoco reunião para o dia 22 de março, às 9h30min, para dar continuidade à tramitação da Representação nº 1, de 2015.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião, às 11h45 da manhã do dia 16 de março de 2016.

Muito obrigado, senhores.